

OPINIÃO

Eduardo Galvão repercute a reunião da Cúpula da Amazônia



EMPRESAS & NEGÓCIOS

Nomad, que oferece conta nos EUA para brasileiros, capta R\$ 300 milhões

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

GOVERNANÇA, EMPRESAS & NEGÓCIOS

ANO XXVII
AGOSTO / 2023
R\$ 8,90

EDIÇÃO
Nº 10



Brasil

ÁFRICA

O CONTINENTE DO FUTURO

Em reunião da cúpula BRICS, o presidente da República, **Luiz Inácio Lula da Silva**, defende reaproximação do Brasil com países africanos



Agora somos 100% digital

Seguindo a tendência internacional dos mais importantes veículos de comunicação do Brasil e do mundo, informamos aos nossos leitores, colaboradores e anunciantes que o Grupo Rede de Mídias (RDM) está 100% digital desde o dia 1º de outubro de 2022.

Assim, todas as nossas edições passaram a ser disponibilizadas digitalmente em todas as nossas plataformas de comunicação online, pelos Portais, Redes Sociais, Mailing List e grupos e listas de transmissão de apps de mensagens instantâneas.

Desta forma, estamos seguindo os mesmos parâmetros que o mercado editorial no país todo e no mundo já faz acontecer há bom tempo. Ou seja, isso tudo já acontece com os veículos da grande mídia nacional e internacional.

Todos já estão praticando essa mais eficiente estratégia mercadológica de alcançar mais leitores com muitíssimo mais rapidez. Essa mudança estratégica no mercado editorial ocorreu - e vem ocorrendo a cada inovação tecnológica no campo da Web e das telecomunicações - em tempo recorde.

E atualmente experimentamos um irreversível avanço nas redes sociais, o que veio com tamanha rapidez nos dois últimos anos devido às preocupações das pessoas e recomendações médicas sanitárias. Especialmente por conta da pandemia do covid-19, desmotivou-se o acesso e, sobretudo, o folheio de materiais impressos, com receio de contaminações. Isto ficou no inconsciente coletivo das pessoas de uma maneira tão traumática que continua ainda mais claro agora, no pós-pandemia, que por sinal, pelo visto, estamos entrando em uma nova onda de contaminação da terrível doença causada pelo coronavírus, com a nova cepa da ômicron-Q1.

Informamos que até meados de 2023 prosseguiremos ainda com versões impressas de nossos veículos, só mais reduzidas. Será tão somente para o cumprimento de compromissos já assumidos com nossos leitores, colaboradores e assinantes.

Vale registrar que, para os nossos clientes, clientes/anunciantes, que, em se tratando de custo-benefício, em termos de um alcance maior para o seu respectivo público-alvo, podemos afirmar com toda a certeza que teremos uma capilaridade muitíssima maior de leitores, igualmente muito mais estratificados em termos de alcance dos nossos anúncios/informes que vêm sendo veiculados em nossos veículos de comunicação.

Haja vista que estaremos hospedados em todas as plataformas existentes na Internet nos 141 municípios do Estado de Mato Grosso, como também nos demais 25 estados brasileiros e no Distrito Federal. Ou seja, no Brasil e no mundo, portanto.

Com este salto de qualidade, neste 2023 em que o Grupo Rede de Mídias completa 27 anos de vida com circulação ininterrupta, é motivo de muita alegria para nós, nosso leitores, colaboradores e anunciantes, esta nova estratégia de edição digital, hospedagem e circulação via todas as plataformas na Internet, além de parcerias com os sites mais acessados para hospedagem dos nossos links de cada edição.

Com certeza, no que depender de nossa equipe, o céu passa a ser, literalmente, o nosso limite.

Informamos também que, atendendo uma nova tendência do mercado, com o dinamismo que tomou conta da Comunicação Virtual (real time), o nosso Conselho Editorial achou por bem implementarmos neste ano de (para que também informássemos aqui agora) que as nossas edições passarão a ser semanais, o que vai cooperar na geração de mais empregos e rendas aos profissionais do Jornalismo, como também aos demais segmentos profissionais da Comunicação Social, os quais são necessários para uma exitosa gestão profissional de um Grupo de Comunicação em toda a sua plenitude. ■

Artur Fonseca
Sócio-Diretor de Gestão



**“Só os que se arriscam
a ir longe demais são
capazes de descobrir
o quão longe se pode ir.”**

T.S. ELIOT

Poeta americano (1898-1965)



No começo éramos uma loja pequena e modesta, mas com ideias e sonhos do tamanho do mundo.

Hoje somos referência no mercado e todos os dias desejamos viver no novo, sem esquecer o que nos trouxe até aqui.



ESTA É A NOSSA
HISTÓRIA, HÁ



CASA  PRADO

Próximo destino: África

A edição deste mês destaca a agenda diplomática que o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu uma agenda diplomática junto com os líderes dos países do BRICS, o bloco dos emergentes que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. No continente africano algumas pautas estavam em jogo, e o petista aproveitou a oportunidade para estreitar as relações entre o Brasil e os países africanos, dar visibilidade para questões africanas e discutir sobre o uso de uma moeda comum para as transações comerciais entre os países do bloco, bem como a expansão do BRICS com a possibilidade da inclusão de países como a Arábia Saudita e a Argentina.

Outro tema diplomático foi a cúpula da Amazônia, que aconteceu em Belém, no Pará e que reuniu representantes dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA): Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela. E de temas nacionais, a reforma tributária volta a ser palco entre os congressistas, especialmente, na análise de um artigo que desagradou a indústria, por gerar um novo ambiente de indefinição e de insegurança.

Boa leitura!



Hulda Rode, editora-geral

ÍNDICE | Agosto 2023

10 | CAPA

África: o continente do futuro

Em reunião da cúpula BRICS, o presidente da República, **Luiz Inácio Lula da Silva**, defende reaproximação do Brasil com países africanos

06 | Opinião - Eduardo Galvão

08 | Entrevista - Charles Bicca

11 | Infraestrutura

18 | Coluna João Pedro Marques

20 | Economia

22 | Exportações

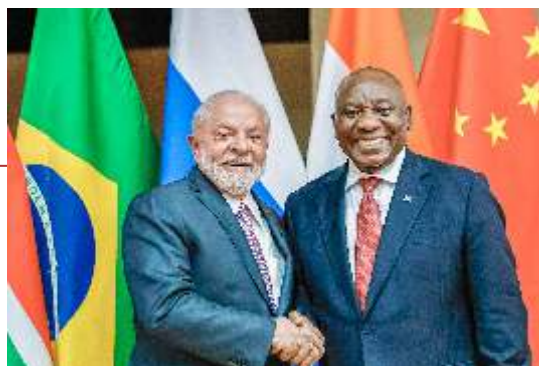
24 | Saúde

26 | Política

28 | Justiça

30 | Empresas & Negócios

Nomad, que oferece conta nos EUA para brasileiros, capta R\$ 300 milhões



O GOVERNO DE MATO GROSSO TRABALHA FORTE E INVESTE PESADO PARA COMBATER AS QUEIMADAS E O DESMATAMENTO ILEGAL

Aqui é tolerância zero para quem comete esses crimes. A vigilância é feita por satélites de última geração, e nada vai passar despercebido. Tem multa pesada e embargo de propriedade.



**TOLERÂNCIA
ZER** 

Denuncie:

0800 065 3838 e 193



**Governo de
Mato
Grosso**



Um chamado à ação coletiva pela Floresta Global

Aa deslumbrante cidade de Belém, a Cúpula da Amazônia reuniu líderes e ministros dos oito países que partilham as fronteiras dessa riqueza natural. Um encontro de nações e mentes, visando preservar o pulmão verde do nosso planeta e moldar o futuro climático da região. A Cúpula, prenúncio das discussões globais na futura COP30, ergueu o pano de fundo para um diálogo crítico e esperançoso.

Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela deram vida à "Declaração de Belém", um marco que ressoará nas futuras decisões. Esse documento representa um elo de compromisso mútuo, refletindo a unidade dos oito países na luta por um futuro sustentável.

Enquanto algumas expectativas não foram plenamente satisfeitas, há sementes de ação promissoras que emergiram dessa cúpula. O texto não assegura metas concretas de desmatamento, não define medidas para evitar o ponto de não retorno da Amazônia e não proíbe a exploração petrolífera. Entretanto, oferece alertas cruciais e consensos vitais:

- A busca para evitar o ponto crítico da Amazônia é um compromisso compartilhado, um alerta enfático para os perigos iminentes;

- A cobrança de nações desenvolvidas para financiar a mitigação climática representa um passo audacioso em direção à equidade global;

- A criação de instâncias de fiscalização, fortalecendo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), sinaliza uma vontade unificada em proteger nosso patrimônio comum;

- A proteção dos territórios indígenas e dos direitos humanos é central, acolhendo a voz da sociedade civil.

Os avanços são gradualmente conquistados. O cenário ideal teria sido um pacto firme de não-desmatamento, mas a aliança internacional para mobilizar recursos científicos em



prol da Amazônia é um passo na direção certa. Múltiplas perspectivas se entrelaçam: Peru, Colômbia e Venezuela apoiam o desejo do Brasil, enquanto Guiana, Suriname e Bolívia ainda se preocupam com metas específicas. Contudo, a união em torno da Amazônia fortalece a voz dessas nações em foros globais, defendendo interesses comuns.

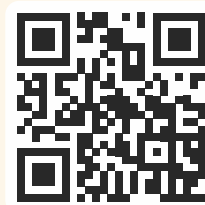
A Cúpula da Amazônia lançou uma semente, uma promessa de ação conjunta para proteger nosso precioso ecossistema. É um marco, um chamado à ação coletiva em face das mudanças climáticas. Esta cúpula ressoará por anos, lembrando-nos de que as fronteiras podem separar, mas a preocupação com nosso planeta une nações em busca de um futuro melhor. ■

Eduardo Galvão é diretor de Public Affairs da BCW Brasil, coordenador dos cursos de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Relações Institucionais e em ESG do Ibmecc DF e fundador do Pensar RelGov

Estar lado a lado com a
administração pública
e com você.

É isso que Conta

O TCE que fiscaliza e analisa as contas públicas também é o tribunal que está junto dos gestores, oferecendo capacitação e orientação em cada etapa do trabalho, sempre buscando a melhor aplicação dos recursos públicos. Afinal, dinheiro bem investido resulta em bons serviços e qualidade de vida para cada um de nós.



Aponte a sua câmera
e acompanhe cada etapa
do nosso trabalho.



Ouvir o cidadão

Você é parte fundamental
de todo esse processo.
Participe com a gente.



TCE Mato Grosso

tce
mt

Parentalidade: uma nova agenda para o Brasil

Charles Bicca, presidente da Comissão da Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude da OAB-DF defende um novo modelo para conectar pais e filhos

Hulda Rode

O movimento na luta contra o abandono de filhos no Brasil é uma agenda que transita no âmbito dos 3 Poderes. No Brasil, mais de 5,5 milhões de crianças não têm o nome do pai na certidão de nascimento e no Judiciário crescem o número de ações de reparação de danos causados pelo que é denominado “abandono afetivo” com fundamento no artigo 227 da Constituição Federal, que garante o direito de convivência, bem como, no artigo 229 da mesma CF/88, que impõe aos genitores o dever de assistir, criar e educar os filhos menores. E no legislativo, projetos de lei avançam no sentido de punir aqueles que abandonam os seus filhos, o que pode ser considerado violação grave ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que submete todo o ordenamento jurídico brasileiro.

Mas nas últimas décadas, surge também uma demanda de aperfeiçoar às práticas de relações de pais com seus filhos, com o objetivo de estabelecer uma relação saudável e a forte conexão entre pais e filhos é uma das mais potentes formas de intervenção na saúde mental do ser humano, e a esse novo movimento é intitulado parentalidade. Para conversar sobre o assunto, a reportagem da RDM Brasil S/A entrevistou o advogado Charles Bicca que é um grande defensor na causa contra o abandono afetivo no Brasil.

Após 12 anos tratando de assuntos relacionados ao abandono afetivo, qual foi a sua motivação para atuar com a agenda da parentalidade consciente?

Depois de mais de uma década denunciando a crueldade e a falta de reação das pessoas contra o abandono de filhos, que causa danos a toda a sociedade e sequelas nas vítimas, que muitas vezes duram pelo resto da vida, era preciso fazer algo diferente. Entendo que cumprimos a nossa missão de esclarecer a ilicitude do abandono afetivo e suas consequências. Entretanto, o que podemos fazer para mudar essa situação que nos aflige desde o início da humanidade? Será que basta punir? Entendo que não. Precisamos investir em parentalidade. Em políticas públicas, campanha e educação sobre o tema. Precisamos fazer com que pais (ou mães) voltem a se envolver na vida dos

seus filhos. Era preciso deixar de focar apenas no problema, e busca a solução. E assim, nos últimos anos, tenho pesquisado absolutamente tudo o que se fala sobre parentalidade no mundo. Por qual motivo, por exemplo, os dinamarqueses são considerados o povo mais feliz do mundo? A resposta me parece bem simples, e até óbvia: crianças felizes se tornam adultos felizes, que criam crianças felizes, e assim por diante.

O que é parentalidade consciente?

Podemos dizer que a parentalidade consciente é um novo paradigma na criação dos filhos, no sentido de desaprofundar tudo aquilo que não promove uma relação saudável. São diversos conceitos novos empregados e testados cientificamente em todo o mundo na criação de filhos, e que inclusive se tornam um curso de desenvolvimento pessoal para os pais. É questionar tudo

aquilo que praticamos tão somente em decorrência de crenças culturais passadas de geração para geração, de pais para filhos. É entender que o comportamento não é algo a ser corrigido, mas principalmente interpretado. É acabar com práticas fundamentadas na hierarquia e superioridade e fazer com que o respeito seja pela pessoa e não pela autoridade. É praticar uma parentalidade mais compassiva, com foco na relação, no diálogo e na compreensão. Em especial, é preciso compreender que os desejos dos adultos não devem ter maior valor que os da criança. E assim, uma forma consciente (ou não) terá grande impacto na vida dos nossos filhos. É sobre focar no presente, ter atenção plena, esquecer o fabuloso e prestar atenção nas coisas e atitudes não percebidas no nosso dia a dia.

Quais são os pilares da parentalidade consciente e os benefícios que observa em relação à conexão dos pais com os filhos?

Podemos dividir a parentalidade consciente em quatro principais pilares: o primeiro e mais importante de todos é o Igual Valor. Não existe qualquer relação saudável entre pais e filhos aonde os primeiros se consideram hierarquicamente superiores e “donos da razão”. Durante muitos anos os adultos se vangloriavam ao dizer que os filhos eram obedientes e que nunca tinham desobedecido qualquer ordem, por mais absurda que fosse, e pode ser que ainda existam pais com essa mentalidade. Era comum que pais apenas olhassem para os filhos para que os mesmos se calassem ou retirassem do ambiente. As crianças devem ser entendidas como indivíduos e assim respeitadas.



CHARLES BICCA é presidente da Comissão da Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude da OAB-DF. Especialista em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente pela Universidade de Brasília- UnB. Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro - Ucam/RJ. Membro da Sociedade Brasileira da Psicologia Jurídica - SBPJ. Fundador do Movimento Abandono Afetivo no Brasil. Autor dos livros: Abandono afetivo: O dever de cuidado e a responsabilidade civil por abandono de filhos (2015); Pedofilia: Repressão aos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes (2017) e Mãe, cadê meu pai? (2019)



Com mais comunicação, respeito e valorização dos sentimentos de todos, onde existe igual valor entre pais e filhos. A criança não é mais nem menos importante que o adulto. E nesses casos, quando pais não conseguem estabelecer ligações emocionais com os seus próprios filhos o preço a pagar certamente será muito alto. E ao contrário, quando pessoas conseguem comunicar suas necessidades emocionais, e outras entendem, a possibilidade de atender as demandas é também muito alta. O segundo pilar é a Integridade, e a dos nossos filhos é desrespeitada diariamente. As crianças dificilmente são respeitadas em seus pensamentos, opiniões ou limites. Na maioria das vezes é desrespeitada em prol do “politicamente correto” da comunidade. É preciso respeitar os “nãos” das nossas crianças e abandonar o hábito de transformá-las em “miniadultos” fadados a cumprir nossos desejos e expectativas não realizadas.

Outro pilar seria a Autenticidade, que as crianças nascem com ela naturalmente, entretanto, não podem ser expressar no mundo exterior. Nossos filhos devem ter coragem de dizer quem

são e o que pensam em todas as situações, sem medo de castigo ou qualquer outra forma de punição. E podemos citar ainda a Responsabilidade Pessoal, devendo pais e filhos assumirem responsabilidade por suas próprias emoções e necessidade. Muitos pais querem filhos responsáveis mas cuidam das obrigações mais básicas dos seus filhos, tais como trabalhas, roupas, alimentação etc. As crianças já nascem com a competência inata de cuidar disso tudo e não precisam de nós para isso. O comportamento dos nossos filhos deve ter as consequências naturais e não ser alvo qualquer tipo de punição.

Como esse tema tem sido discutido pela justiça brasileira?

Primeiramente, vale destacar que o abandono de filhos é ato ilícito grave, com fundamento no artigo 229 da Constituição Federal e outros. O abandono afetivo vem sendo discutido pela justiça brasileira desde o ano de 2003, quando na comarca de Capão da Canoa no Rio Grande do Sul, um pai foi condenado por abandono do filho. Após isso, somente em 2012, em Recurso Especial de relatoria da Ministra Nancy Andrighi

no Superior Tribunal de Justiça, um pai foi novamente condenado, e o tribunal deixou claro que não existe qualquer óbice para condenações por danos morais causados dentro da família. Uma frase que se destacou bastante no voto da ministra foi “amar é faculdade, cuidar é dever”. Após isso, vários recursos foram negados naquele tribunal, e finalmente, no ano de 2022, em processo de relatoria da mesma ministra, o STJ condenou um outro pai abandonico a indenizar a filha, sendo essa a atual orientação no Poder Judiciário.

5. Em relação à defesa da criança e do adolescente, como analisa a legislação vigente. Temos muito que aperfeiçoar?

É uma legislação excelente, que sequer precisa ser aperfeiçoada, mas tão somente aplicada. Deve sair do papel e ir para a rua e para todos os lares brasileiros. Por exemplo, no artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente resta mais do que claro, e expresso, que é “direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família” e por qual motivo ainda existe tanta polêmica sobre o tema? Na Constituição Federal está expresso que são deveres do poder familiar “assistir, criar e educar os filhos menores”. Será que precisamos de mais clareza sobre isso? Por qual motivo até hoje estamos com projetos de lei no Congresso a tipificar o abandono afetivo, quando todo o nosso ordenamento jurídico censura essa conduta omissiva? Não é a legislação que precisa se aperfeiçoar, mas os valores morais de uma sociedade que considera “normal” um pai abandonar o próprio filho.

Está em discussão na Câmara, um projeto de lei que defende o direito da criança de brincar. No que a parentalidade positiva se diferencia da parentalidade consciente?

Todo e qualquer projeto que defenda os direitos da criança e do adolescente é sempre muito bem-vindo, e o que se espera sempre é que saia do papel e venha para o mundo real. Mas vale lembrar, que o direito da criança brincar, fazer esportes e divertir já tem previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente, o que falta, é cumprir a lei. O brincar é uma das mais importantes linguagens da infância, que promove o reconhecimento das emoções, bem como, a socialização. Que venham muitos projetos nesse sentido. ●

“A parentalidade consciente é um novo paradigma na criação dos filhos, no sentido de desaprender tudo aquilo que não promove uma relação saudável. São diversos conceitos novos empregados e testados cientificamente em todo o mundo na criação de filhos, e que inclusive se tornam um curso de desenvolvimento pessoal para os pais”

Aneel abre consulta pública para reduzir cobrança extra na conta de luz

Corpo técnico da agência sugere redução de 36,9% na bandeira tarifária amarela; valores serão definidos até 6 de outubro

Poder 360

Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) decidiu no dia 21 de agosto instaurar uma consulta pública com o objetivo de recolher contribuições para definir os valores das bandeiras tarifárias de 2024. O período para associações civis e outros agentes do sistema elétrico enviarem informações e sugestões sobre as cobranças tem início no dia 23 de agosto e conclusão em 6 de outubro.

O corpo técnico da agência reguladora sugeriu uma redução na cobrança das tarifas adicionais na conta de luz. Pela proposta, a amarela deve ter a maior redução, com valor adicional caindo dos atuais R\$ 2,99 para R\$ 1,88 a cada 100 KWh (quilowatt-hora) consumidos. A verde seguirá sem cobrança adicional. Cada bandeira é acionada de acordo com o cenário de geração de energia, que varia de favorável (verde) a desfavorável (vermelha patamar 2).




A proposta considera os custos de aquisição de energia no cenário atual. Apesar do período seco, os reservatórios estão cheios, o que indica que o próximo ano não deve trazer riscos para a geração hidrelétrica. No ano passado, a Aneel aumentou os valores extras cobrados em cada bandeira em até 64%.

Atualmente, não há cobrança extra. A bandeira verde está vigorando desde abril de 2022, chegando ao 16º mês consecutivo em decorrência das condições favoráveis de geração de energia no país. Por causa das boas condições dos



Divulgação

Os valores propostos na nota técnica por bandeira são:

 VERDE segue sem cobrança adicional	 AMARELA dos atuais R\$ 2,99 a cada 100 KWh para R\$ 1,88 (-36,9%)	 VERMELHA patamar 1 de R\$ 6,50 a cada 100 KWh para R\$ 4,46 (-31,3%) patamar 2 - de R\$ 9,79 a cada 100 KWh para R\$ 7,87 (-19,6%)
---	---	---

reservatórios, a agência projeta que não será preciso acionar as bandeiras até o final do ano.

Além do crescimento na oferta de energia hidráulica no SIN (Sistema Interligado Nacional), a área técnica da Aneel considerou para reduzir os valores a diminuição de custos em contratos sob gestão das distribuidoras e o menor custo de aquisição dos combustíveis neste ano, como diesel e gás natural, necessários para a geração das termelétricas.

A metodologia usada para o acionamento das bandeiras também deve ter alteração. A área técnica propôs mudanças no ESS (Encargos de Serviços do Sistema), que trata da segurança energética. Entram nesse encargo os custos

que não estavam previstos inicialmente nas operações de energia, como o acionamento extraordinário de termelétricas em caso de risco hidrológico, que pode ser ordenado pelo CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico).

Segundo o relatório técnico, a “experiência recente mostrou que nem sempre a sistemática atual é capaz de induzir propriamente as escalas de risco e de custo definidas pelo CMSE no exercício de sua competência de assegurar a segurança energética do país”. A proposta prevê a incorporação de uma outra camada para a definição das bandeiras tarifárias, que será ativa apenas em momentos em que houver atuação do CMSE sobre a geração extraordinária no sistema. ●

Cúpula do BRICS reaproxima Brasil da África

Durante a 15ª reunião da cúpula do BRICS, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, defende a redução de desigualdades e mantém o otimismo em relação aos países africanos

Da Redação, com informações da Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcou no dia 21 de agosto em Joanesburgo, na África do Sul, para a segunda visita ao continente africano de seu terceiro mandato. Ele ficou no país até 24 de agosto para a 15ª Cúpula de Chefes de Estado do BRICS. Depois, Lula cumpriu agenda em Angola e São Tomé e Príncipe.

Nos compromissos diplomáticos, o presidente teve um encontro com representantes do Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), o partido do presidente sul-africano Cyril Ramaphosa. A legenda governa a África do Sul desde 1994, quando Nelson Mandela se tornou o primeiro presidente negro a ser eleito no país após o Apartheid.

O presidente participou do Fórum Empresarial do BRICS, evento que contou com uma delegação de cerca de 30 empresários brasileiros que buscam ampliar parcerias com os demais países do bloco – África do Sul, Índia, China e Rússia, além do Brasil.

Além do presidente Lula, participarão do retiro o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, o presidente da China, Xi Jinping, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, e o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Ser-

gey Lavrov. O presidente russo, Vladimir Putin, participou por meio de videoconferência.

Durante o pronunciamento, o presidente destacou algumas pautas que são importantes para os países africanos que integram o bloco econômico. Lula reforçou a ideia de que a dívida dos países africanos possa ser renegociada, de modo que as nações do continente tenham mais chance de se desenvolver e gerar empregos que permitam o crescimento econômico no continente.

“Essa é uma discussão que acho que a gente tem que fazer em algum momento, em alguma instância, de que é preciso a gente dar um paradeiro a essa dívida e transformar numa coisa de investimento para os países poderem sair dessa enlacrada. É preciso que o mundo rico compreenda a necessidade de a gente garantir aos países mais pobres a oportunidade que ainda não tiveram”, disse.

Atualmente, a dívida que o continente africano acumula é mais de 800 bilhões de dólares. Na visão de Lula, há uma carência muito grande pelo endividamento dos países. “Por conta de estarem endividados eles não podem tomar dinheiro emprestado para fazer as coisas que eles precisam”, comentou o presidente.

Fotos: Ricardo Stuckert/PR



EQUIDADE

Além das contas, o presidente Lula também manifestou otimismo ao analisar o continente africano, e durante a entrevista ao programa Conversa com o Presidente, disse que a África é o continente do futuro. Segundo ele, logo a região será a mais habitada do planeta e ainda há muito a ser construído por lá. “Acho que a economia vai começando a crescer. Aqui tem muito a se fazer. Precisa de água, de rua, de estrada, de energia elétrica, de tudo. Então, é importante saber que o mundo e os empresários vão se voltar para cá em algum momento”, analisou.

RELAÇÕES EXTERIORES

Durante o discurso na sessão estendida da Cúpula de chefes de Estado do BRICS, o presidente Lula disse que muitas das soluções para um futuro menos desigual e mais inclusivo podem ser encontradas no continente africano. Para ele, o mundo como um todo retro-



Presidente Lula no jantar de boas-vindas aos Líderes do BRICS oferecido pelo Presidente da República da África do Sul, Cyril Ramaphosa



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, Presidente da África do Sul, Matamela Cyril Ramaphosa, Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Damodardas e Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov

cedeu nos últimos anos e novos caminhos precisam ser encontrados.

“Enquanto preocupações de segurança limitam cada vez mais o compartilhamento de tecnologias, a União Africana lança estratégia de transformação digital e centenas de startups e centros de inovação surgem na África. Ao mesmo tempo em que proliferam medidas unilaterais que ameaçam a integridade do regime comercial, o continente africano se transforma na maior área de livre comércio do planeta, com 1,3 bilhão de pessoas e PIB combinado de 3,4 trilhões de dólares”, desta-

cou. “Muitas das respostas que buscamos para construir um mundo mais equitativo estão na África”.

UCRÂNIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender uma solução de paz para o conflito entre Rússia e Ucrânia, ressaltou a importância da atuação dos demais países na busca dessa articulação e indicou potenciais caminhos para uma nova abordagem nas relações multilaterais.

“Não podemos nos furtar a tratar o principal conflito da atualidade, que

ocorre na Ucrânia e tem efeitos globais. O Brasil tem uma posição histórica de defesa da soberania, da integridade territorial e de todos os propósitos e princípios das Nações Unidas. Acharmos positivo que um número crescente de países, entre eles os países do BRICS, também esteja engajado em contatos diretos com Moscou e Kiev”, afirmou.

Para o presidente, o caminho para a paz ainda é longo, mas precisa ser trilhado. Em sua visão, não são apenas as populações dos dois países que sofrem as consequências do conflito, mas de forma indireta as de outras regiões,



especialmente países em desenvolvimento, que lidam com problemas na distribuição global de alimentos.

“Não subestimamos as dificuldades para alcançar a paz. Tampouco podemos ficar indiferentes às mortes e à destruição que aumentam a cada dia. Estamos prontos a nos juntar a um esforço que possa efetivamente contribuir para um pronto cessar-fogo e uma paz justa e duradoura. Todos sofrem as consequências da guerra. As populações mais vulneráveis nos países em desenvolvimento são atingidas desproporcionalmente”.

BRICS APROVA ENTRADA DE MAIS SEIS PAÍSES NO BLOCO

Ao fim de mais uma Cúpula do Brisc, os países-membros aprovaram a entrada de mais seis nações ao bloco composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A partir de 1º de janeiro do ano que vem, passam a fazer parte do Brics: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã.

Esse é um dos acordos do bloco, formalizados na Declaração de Joanesburgo. O documento com 94 itens foi divulgado nesta quinta-feira (24), no encerramento da cúpula. Ao fazer a declaração final à imprensa, o presidente Lula agradeceu ao presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, deu boas-vindas aos novos membros e destacou o aumento do poder político e econômico do Brics.

ENTENDA O BRICS

A 15ª Cúpula dos Chefes de Estado do BRICS foi a primeira presencial

O BRICS é uma parceria entre cinco das maiores economias emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. No total, o grupo representa mais de 42% da população mundial, 30% do território do planeta, 23% do PIB global e 18% do comércio internacional

desde o início da pandemia de Covid-19 em 2020. O tema da cúpula será “BRICS e a África: parcerias para um crescimento mutuamente acelerado, desenvolvimento sustentável e multilateralismo inclusivo”.

Foram convidados, além dos chefes de Estado e governo do BRICS, líderes de mais de 40 países, especialmente africanos, mas também da América Latina e Caribe, da Ásia e do Leste Europeu. Durante a cúpula, serão analisados os pedidos de dezenas de países para estabelecer parcerias e compor oficialmente o grupo. Qualquer entrada, no entanto, depende de um consenso dos cinco membros atuais.

O principal objetivo do bloco é alterar, por meio da cooperação, o sistema de governança global, com uma reforma de mecanismos como o Conselho de Segurança da ONU, além de introduzir

alternativas a instituições como o FMI e o BID para o fomento às economias emergentes, como é o caso do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês).

COMÉRCIO BRASIL-BRICS

O Brasil tem um comércio intenso com os países do BRICS. Em 2022, o volume de transações chegou a US\$ 177,7 bilhões, sendo US\$ 99,4 bilhões em exportações brasileiras para China, Índia, Rússia e África do Sul e US\$ 78 bilhões em importações de produtos vindos desses países. De janeiro a julho de 2023, o volume já atingiu US\$ 102,3 bilhões (US\$ 63,2 bilhões em exportações e US\$ 39 bi em importações).

Principal parceiro comercial do Brasil, a China comprou 90% de toda a exportação brasileira destinada ao BRICS, cerca de US\$ 89,4 bilhões. A Índia importou 6,3% (cerca de US\$ 6,3 bilhões), a Rússia foi destino de 2% das exportações (US\$ 1,96 bilhão) e a África do Sul, de 1,7% (US\$ 1,7 bilhão).

No sentido inverso, 78% das importações vindas do bloco foram de produtos chineses (US\$ 60,7 bilhões), seguidos dos indianos (11% ou US\$ 8,9 bilhões), russos (10%, US\$ 7,9 bi) e sul-africanos (1,2% ou US\$ 908 milhões).

No ano passado, o produto mais exportado pelo Brasil para o BRICS foi a soja, com 33% do total, seguida por petróleo (18%), ferro (18%) e carne bovina (8,2%). Em contrapartida, os produtos mais importados foram adubos e fertilizantes (10%), válvulas e diodos (8,9%), produtos químicos (7,9%) e produtos de telecomunicação (5,3%).

**Você sabia que antes
de contratar nosso
sistema de alarme,
você recebe a visita
de um de nossos
especialistas de
segurança?**

 **NEWLINE**
SISTEMAS DE SEGURANÇA



MATO G



N

Quando você soma trabalho e eficiência, o resultado é um dos estados que mais crescem no país.



06 hospitais em construção



Mais de 2400 km de asfalto novo contratados



41 novas escolas em construção



Mais de **50 mil vagas em cursos** de capacitação



15 mil câmeras sendo instaladas em todo o estado





PROSSO IÃO PARA



Governo de
**Mato
Grosso**

Governo já liberou R\$ 20,6 bilhões em emendas parlamentares neste ano

Com problemas de apoio no Congresso e em meio a negociações políticas com o Centrão, o presidente **Lula** (PT) acelerou a liberação de emendas indicadas por deputados e senadores, e até dia 18 de agosto já foram R\$ 20,6 bilhões. Mais da metade do valor foi liberado em julho – R\$ 11,8 bilhões, um recorde mensal histórico. Nos primeiros meses do ano, o governo foi lento na liberação de recursos, o que gerou ampla crítica de deputados e senadores.



Assessoria

STF diz que Estados têm autonomia para resolver situações de dupla vacância no Executivo

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na sessão virtual finalizada em 14 de agosto, que os Estados têm autonomia relativa para resolver o problema de dupla vacância na chefia do Poder Executivo, sem estar vinculados ao modelo e ao procedimento previsto na Constituição Federal. Porém, devem ser observados os princípios constitucionais que norteiam a matéria, como a necessidade de registro e votação dos candidatos a governador e vice em chapa única e a verificação das condições de elegibilidade, entre outros requisitos.



Assessoria

Arno Augustin diz que pedaladas fiscais foram 'invenção'

Em uma rara aparição pública após ter deixado o cargo no fim de 2014, ainda na gestão de Dilma Rousseff (PT), o ex-secretário do Tesouro Nacional **Arno Augustin** se referiu às pedaladas fiscais como “invenção” e disse que o atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está no rumo certo. Ele participou de uma audiência pública sobre a Reforma Tributária na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado. Seu convite foi um requerimento da senadora Teresa Leitão (PT-PE).



Divulgação



Ex-deputado Eduardo Barbosa morre em Brasília aos 64 anos

O ex-deputado **Eduardo Barbosa** (MG) faleceu no dia 23 de agosto, aos 64 anos, em Brasília. Ele exerceu quatro mandatos na Câmara dos Deputados (de 1995 a 2023), também foi ouvidor-geral da Casa e vice-líder do PSDB por vários anos. Eduardo Barbosa foi autor do projeto que deu origem à lei que criou uma renda básica emergencial de R\$ 600 aos trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa, durante a crise provocada pela pandemia da covid-19; e do projeto que originou a lei que obriga o País a garantir educação e aprendizagem ao longo da vida a jovens e adultos que estão fora da idade escolar e às pessoas com deficiência.



Divulgação

Câmara aprova MP de reajuste do salário mínimo com política de valorização e correção do IR



Divulgação

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 23 de agosto, com 439 votos favoráveis e 1 contrário, a medida provisória que reajustou o salário mínimo para R\$1.320 neste ano e que estabelece uma nova política de valorização anual, além de corrigir a tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). A taxação de investimentos de pessoas físicas por meio de empresas controladas no exterior (chamadas de *offshore*) foi retirada do texto por meio da aprovação de um destaque após acordo entre governo e Congresso. O texto agora segue para apreciação do Senado.

CGU estabelece prazo máximo de 6 anos para pena de declaração de inidoneidade

Órgão segue a nova Lei de Licitações, que estabelece prazo máximo para evitar pena de caráter perpétuo

Carolina Ingizza

A Controladoria-Geral da União (CGU) tem um novo entendimento sobre a declaração de inidoneidade de empresas e pessoas físicas. Em ato publicado no Diário Oficial da União, o órgão decidiu pela reabilitação de duas empresas declaradas inidôneas, a Iesa Óleo & Gás S.A. e a Mendes Junior Trading e Engenharia S.A., estabelecendo que o tempo máximo da pena nesses casos é de seis anos.

A declaração de inidoneidade é resultante de um processo administrativo da CGU para apurar irregularidades cometidas em contratos com a administração pública federal. No caso, as duas empresas foram declaradas inidôneas com base nos dispositivos da Lei de Licitações nº 8.666, de 1993.

O problema é que a lei não estabelece um tempo máximo para a pena. O texto define somente que a pena seguirá “enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada”.

Para a CGU, essa falta de definição de prazo máximo é uma lacuna legislativa violadora da Constituição Federal, que estabelece que não há penas de caráter perpétuo no Brasil.

Nesse caso, a Controladoria decidiu fazer uma analogia com a nova Lei de Licitações, nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que define que a declaração de inidoneidade terá prazo mínimo de três anos e máximo de seis.

Dessa forma, o julgamento determina que a pena de declaração de inidoneidade deve ser declarada extinta após seis anos – o que não exime a empresa de ser cobrada pelo dano que causou.

Divulgação



The image shows the facade of a building with the CGU logo prominently displayed at the top left. The logo consists of the letters 'CGU' in a bold, blue, sans-serif font. Below it, the text 'CONTROLADORIA - GERAL DA UNIÃO' is visible in a smaller, blue font. A large banner with the Brazilian flag and the slogan 'meio público a sua conta.' is also visible on the building's facade. The building itself is a multi-story structure with a grid of windows and air conditioning units. The sky is clear and blue.

CONTROLADORIA - GERAL
DA UNIÃO

meio público
a sua conta.

datransparencia.gov.br

BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

ócio Darcy Ribeiro
Bloco A

A nova abordagem da CGU é um passo importante no fortalecimento da justiça e da integridade no âmbito do governo e das empresas. A Controladoria demonstrou uma consciência clara dos princípios constitucionais e da jurisprudência estabelecida pelo STF, destacou o advogado **Leandro Dias Porto**

A Iesa Óleo & Gás S.A., declarada inidônea no dia 5 de setembro de 2016, já cumpriu mais de seis anos da aplicação da sanção. O mesmo acontece com a Mendes Junior Trading e Engenharia S.A., que teve a sua inidoneidade publicada no dia 28 de abril de 2016.

A defesa das empresas foi feita por Leandro Dias Porto Batista (sócio do escritório Sérgio Bermudes Advogados), Cláudio Souza Neto (Souza Neto e Tartarani Advogados), João Paulo Cunha e Mariana Milanesio (ambos do Cunha e Fonseca Advogados).

Para Dias Porto, a nova abordagem da CGU é um passo importante no fortalecimento da justiça e da integridade no âmbito do governo e das empresas. “A Controladoria demonstrou uma consciência clara dos princípios constitucionais e da jurisprudência estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF)”, destacou o advogado.

Segundo dados do Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), hoje há 1.182 declarações de inidoneidade sem prazo determinado em vigência no Brasil e 873 com prazo estabelecido. ●

A declaração de inidoneidade é resultante de um processo administrativo da CGU para apurar irregularidades cometidas em contratos com a administração pública federal

Exportação de milho do Brasil ganha ritmo na 3ª semana de agosto

A expectativa é de que a exportação de milho do Brasil seja recorde para todos os meses, conforme dados da associação Anec

Forbes Agro

Rodolfo Buhreir/Reuters

A exportação de milho do Brasil ganhou ritmo na terceira semana de agosto, com os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) divulgados no dia 21 de agosto. A média diária de embarques em agosto subiu para 373,2 mil toneladas ao dia, versus 349,8 mil toneladas/dia

até a segunda semana e ante 323,7 mil t ao dia no mesmo mês completo de 2022, diz governo.

A expectativa é de que a exportação de milho do Brasil seja recorde para todos os meses em agosto, conforme dados da associação Anec divulgados na semana passada.

Já a exportação de soja do Brasil

até 3ª semana perdeu um pouco do ritmo, somando 384 mil toneladas/dia, versus 418,3 mil toneladas/dia até a segunda semana, ante 258,5 mil toneladas/dia no mesmo mês completo de 2022.

O forte crescimento nos embarques de grãos na comparação anual, que eleva as exportações no mês até



O forte crescimento nos embarques de grãos na comparação anual acontece após colheitas recordes em 2023

o momento para mais de 5 milhões de toneladas para soja e milho, acontece após colheitas recordes em 2023.

Também mostra forte crescimento anual o embarque de café, à medida que o Brasil exporta a safra recém-colhida, que deverá crescer na comparação com 2022. Pela média diária, o aumento é de 37,5%.

Os dados da Secex mostraram ainda que os embarques de petróleo aumentaram na terceira semana de agosto, superando 400 mil toneladas/dia na média do mês, versus 341,2 mil toneladas até a segunda semana.

Já os embarques de açúcar também perderam ritmo, conforme os dados da Secex, para cerca de 150 mil toneladas/dia, versus quase 180 mil toneladas/dia na média até a segunda semana. Ainda assim, a exportação aumenta 17% em relação a agosto de 2022, com usinas maximizando a produção do adoçante. ●

A exportação de soja do Brasil até 3ª semana perdeu um pouco do ritmo, somando 384 mil toneladas/dia, versus 418,3 mil toneladas/dia até a segunda semana, ante 258,5 mil toneladas/dia no mesmo mês completo de 2022

Brecha da reforma para Estado criar imposto gera insegurança

Rodrigo Pacheco, presidente do Senado comentou sobre a polêmica Artigo 19 durante reunião com industriais em São Paulo

Da Redação, com informações do Estadão

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), criticou, no dia 21 de agosto, a possibilidade – aberta pelo texto da reforma tributária aprovado na Câmara dos Deputados – de os Estados criarem novos impostos. Para Pacheco, o Artigo 19 do texto aprovado na Câmara gera um ambiente de “indefinição e de alguma insegurança” e precisará ser rediscutido no Senado, que agora aprecia a reforma.

“A polêmica do Artigo 19 na redação final é justamente porque se cria um ambiente de indefinição e de alguma insegurança, porque se o que se está a buscar com a reforma tributária é uma unificação tributária. Dentro de uma lógica nacional, de uma limitação de alíquota e imposto único, se você permite a algum ente federado alguma arrecadação extra, a partir de seus próprios critérios, isso gera realmente uma indefinição”, disse, após se reunir com industriais na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fisp), na capital paulista.

O presidente do Senado ressaltou que compreende as circunstâncias em que o artigo foi aprovado pela Câmara dos Deputados, “momento em que se precisava votar a reforma tributária, conciliar os interesses, assimilar todos os desejos”, mas que o tema será rediscutido pelos senadores e governadores.

“Se não houver um consenso de texto, naturalmente, a melhor forma de se solucionar é aquilo que se faz na política: a arte de escolher. Coloca para votação e vamos definir qual que é o entendimento da maioria dos senadores”, disse, após o encontro, que contou também com presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Pacheco voltou a afirmar que a previsão inicial é de que a reforma seja votada no Senado no dia 4 de outubro, coincidindo com o aniversário de 35 anos da Constituição Federal. Ele não descarta, no entanto, que a data poderá ser adiada. “Se houver a necessidade de alongar por alguns dias, ou por algumas semanas, não há problema algum. Nós precisamos ter segurança para poder votar e votar um texto que seja seguro, para que a sociedade brasileira tenha a compreensão do que exatamente se está votando”.

LIMITAÇÃO DO IVA A 25%

O presidente do Senado destacou ainda que não há nenhuma definição sobre a instituição de um teto de 25% no valor da alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será criado pela reforma. Pacheco afirmou que o relator da reforma no Senado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), recomenda a limitação, mas ressaltou que o tema deverá ser objeto de discussão dos senadores.

“Seria recomendável na ótica dele [senador Eduardo Braga] que houvesse um limite desde já imposto pela Constituição em relação à alíquota. Mas, obviamente, essa é uma consideração muito incipiente, ainda não decidida. E, evidentemente, isso vai ser objeto de muito e profundo diálogo”, disse Pacheco.

ISENÇÕES AO NORTE E NORDESTE

O presidente do Senado mencionou também sobre a manutenção dos incentivos fiscais a programas nas regiões Nordeste, especialmente à indústria automobilística, e Norte, como ocorre na Zona Franca de Manaus. De acordo com Pacheco, esse tema será tratado com base no conceito de que “igualdade é tratar desigualmente os desiguais, na medida dessa desigualdade”, e levando em consideração os sacrifícios históricos impostos às regiões Norte e Nordeste do país e a concentração da riqueza no Sul e Sudeste.

“Aquilo que já está colocado, essa realidade que já se tem, desses incentivos, ela deve ser respeitada. Obviamente que ela não precisa ser eterna, mas ela precisa ser respeitada e, obviamente, dentro de um período muito considerável. E é por isso que nós vamos chamar todos os governadores da região Norte, da região Nordeste e vamos ouvi-los para entender o que que precisa ser feito”, disse.

Pacheco ressaltou que o Senado Federal tem maioria composta por parlamentares do Norte e do Nordeste, “de modo que esses projetos são projetos muito caros ao Senado Federal, porque eles expressam que é o entendimento da maioria”.

“A polêmica do Artigo 19 na redação final é justamente porque se cria um ambiente de indefinição e de alguma insegurança, porque se o que se está a buscar com a reforma tributária é uma unificação tributária”, disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

**Artigo foi aprovado
na Câmara e será
rediscutido pelo
Senado**

STF invalida ampliação de impedimento de juízes

Para a corrente majoritária, a regra do novo CPC ofende o princípio da proporcionalidade.

Vanessa Maeji

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional regra do Código de Processo Civil (CPC) que amplia o impedimento de juízes. A decisão se deu, em sessão virtual encerrada em 21/8, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5953, ajuizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

O dispositivo em discussão é o artigo 144, inciso VIII, do CPC, que prevê o impedimento do juiz nos processos em que a parte for cliente de escritório de advocacia de cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo, em linha reta ou colate-

ral, até o terceiro grau, ainda que, na causa submetida a ele, a mesma parte seja representada por advogado de outro escritório.

INFORMAÇÕES DE TERCEIROS

Prevaleceu a divergência aberta pelo ministro Gilmar Mendes, que lembrou que as regras do impedimento sempre tiveram como característica o fato de serem aferidas objetivamente pelo magistrado. No dispositivo do novo CPC, seu cumprimento depende de informações trazidas ao juiz por terceiros, impondo-lhe o dever de se recusar a julgar sem que possa avaliar se é o caso.

“O fato é que a lei simplesmente previu a causa de impedimento, sem dar ao juiz o poder ou os meios

para pesquisar a carteira de clientes do escritório de seu familiar”, assinalou. Segundo o ministro, essa previsão viola os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

IMPARCIALIDADE GARANTIDA

O ministro observou que a imparcialidade do julgador já está prevista no inciso III do artigo 144 do CPC. O dispositivo estabelece que o impedimento quando parente de até terceiro grau atuar no processo como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público. O parágrafo 3º desse artigo, por sua vez, estende o impedimento aos casos de mandato conferido a membro de escritório de advocacia que tenha em seus quadros advogado nessa relação de parentesco, “mes-



A imparcialidade do julgador já está prevista no inciso III do artigo 144 do CPC. O dispositivo estabelece que o impedimento quando parente de até terceiro grau atuar no processo como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público

mo que não intervenha diretamente no processo”.

ESTRATÉGIA

Na prática, conforme o relator, seria necessário verificar se toda e qualquer parte que tenha processo na Justiça já esteve, em algum momento, representada por escritório de parentes do juiz. “Mesmo sendo uma regra previamente estabelecida em lei, a norma dá às partes a possibilidade de usar o impedi-

mento como estratégia, definindo quem serão os julgadores da causa”, explicou.

Para Mendes, isso viola o princípio do juiz natural: a escolha dos julgadores, normalmente definida pela distribuição, passa ao controle das partes, “principalmente daquelas com maior poder econômico”.

TRIBUNAIS SUPERIORES

Outro ponto observado pelo ministro é que, até o grau de apela-

ção, prevalece o interesse no distanciamento dos julgadores em relação ao caso concreto discutido na causa. Já em Tribunais Superiores, o interesse principal não está na solução do caso concreto, mas na formação de precedente que orientará julgamentos futuros. “Prevalece o interesse coletivo de que o precedente formado represente a opinião da Corte, não a opinião de uma maioria eventual”, ressaltou.

Acompanharam esse entendimento os ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Nunes Marques, André Mendonça e Cristiano Zanin. Ficaram vencidos os ministros Edson Fachin (relator) e Luís Roberto Barroso e as ministras Rosa Weber (presidente do STF) e Cármen Lúcia, que julgavam improcedente o pedido. ●

Agosto Branco: um alerta para os tumores de pulmão

Câncer de pulmão é o primeiro em incidência entre os homens e o terceiro entre as mulheres no mundo

Fernando Maluf

O mês de agosto é dedicado à conscientização sobre um dos tipos de tumor mais frequentes no Brasil e no mundo. Com a campanha Agosto Branco, chamamos a atenção para os fatores de risco, os sinais e a importância do tratamento do câncer de pulmão.

Segundo dados da IARC – International Agency for Research on Cancer, este câncer é o primeiro em incidência entre os homens e o terceiro entre as mulheres, mundialmente. Aqui no Brasil, serão mais de 32 mil novos diagnósticos, apenas em 2023.

Entre os sintomas estão tosse com ou sem catarro com sangue, falta de ar, dor no tórax ao respirar e perda de peso. Como esses sinais não são específicos de câncer de pulmão, a orientação é buscar um especialista caso persistam por várias semanas.


Fatores ambientais – incluindo

poluição e a exposição a outras substâncias nocivas, como o asbesto e o gás radônio – e fatores genéticos aumentam o risco para a doença. No entanto, o tabagismo e o fumo passivo são as condições que mais contribuem para o desenvolvimento do câncer de pulmão.

Um estudo publicado recentemente tentou entender por que, entre fumantes, alguns desenvolvem um tumor pulmonar e outros não. A pesquisa avaliou 116 indivíduos tabagistas. Apenas uma parte deles teve um câncer de pulmão em idade precoce.

Os pesquisadores compararam o material genético destes pacientes e observaram que 33 genes eram diferentes entre o grupo com o diagnóstico de tumor e o grupo que não teve câncer.

Essa diferença genética pode explicar as razões pelas quais algumas pessoas desenvolvem um tumor e outras não, mesmo quando



A campanha Agosto Branco chama a atenção para os fatores de risco, os sinais e a importância do tratamento do câncer de pulmão

há a presença de um fator de risco, como o tabagismo.

O fator de risco é um gatilho. Mas talvez tenha que existir uma predisposição genética junto com ele, e esta combinação aumentaria de modo significativo o desenvolvimento de um câncer, no caso o câncer de pulmão.

NOVIDADES NO TRATAMENTO

As novas opções de tratamento para câncer de pulmão têm garantido bons resultados e melhor qualidade de vida e sobrevida aos pacientes.



Segundo dados da International Agency for Research on Cancer, o câncer de pulmão é o primeiro em incidência entre os homens e o terceiro entre as mulheres, mundialmente. Aqui no Brasil, serão mais de 32 mil novos diagnósticos, apenas em 2023

Na edição mais recente do Congresso Americano de Oncologia, realizado em junho, um dos destaques foi um estudo sobre câncer de pulmão. A pesquisa apresentada numa das principais sessões do evento avaliou o tratamento com um medicamento chamado osimetinibe, que age especificamente sobre um tipo de câncer de pulmão que apresenta mutação de EGFR, presente em aproximadamente 20% dos casos.

Foram avaliados 682 pacientes, que foram operados para o tratamento do tumor. Destes, apenas

metade recebeu a medicação após a cirurgia, com o objetivo de diminuir a chance de uma recorrência tumoral.

Depois de um seguimento prolongado desses tudo, os resultados mostraram que o osimetinibe, uma droga oral administrada por três anos preventivamente, reduziu o risco de morte em 50%, comparado com o grupo do placebo. E desta forma, este medicamento se apresenta com uma opção a pacientes que têm este tipo específico de tumor de pulmão, para evitar uma recorrência da doença. ●

Nomad, que oferece conta nos EUA para brasileiros, capta R\$ 300 milhões

A expectativa é que fechem 2023 faturando 250 milhões de reais, quatro vezes mais do que em 2022

Daniel Giussani

A Nomad, fintech que permite aos brasileiros a abertura de conta-corrente em um banco norte-americano de forma digital, está recebendo um novo aporte de 61 milhões de dólares, cerca de 300 milhões de reais. A rodada Série B foi liderada pela gestora Tiger Global Management, que investe em empresas como Nubank e Open IA. Com o novo cheque, a empresa passa a ser avaliada em 1,8 bilhão de reais.

O valor captado será usado para atrair novos clientes para a plataforma e em novos produtos. Dois, principalmente, terão atenção especial: o de investimentos, para permitir que o usuário invista em ações fora do Brasil; e o de crédito, para permitir a tomada de crédito e financiamento em terras estrangeiras.

“Nenhuma fintech fez rodada maior que a nossa neste ano”, diz o CEO Lucas Vargas. “O que a gente conseguiu mostrar é que aumentamos muito nossa receita, com uma evolução grande em margem e lucratividade. Chegaremos ao breakeven até o final do ano”.

E o aporte vem, mesmo, em um momento de bons resultados para a startup paulistana. A expectativa é que

fechem 2023 faturando 250 milhões de reais, quatro vezes mais do que em 2022. Nestes sete primeiros meses do ano, já movimentaram mais de 5 bilhões de reais em transações entre países.

Ao mesmo tempo, o cheque entra em um período não tão fácil para startups receberem aportes altos. Uma pesquisa da consultoria Distrito mostra que, em julho, dos 32 aportes feitos no Brasil, apenas nove foram em série A ou B. O restante foi todo em earlystage. Não houve nenhuma captação em late stage.

“A retomada desse mercado ainda depende de um alívio monetário global, uma vez que as taxas elevadas de juros diminuem o apetite por risco, sobretudo no late stage”, explica Gustavo Gierun, fundador e CEO do Distrito.

COMO SERÁ USADO O CHEQUE

O aporte de 300 milhões de reais será usado em duas frentes diferentes. Uma é na captação de clientes para os produtos já existentes hoje na Nomad. A fintech oferece uma conta financeira internacional. Assim, um brasileiro pode ter uma conta corrente em dólar, guardando o dinheiro em uma outra moeda que não o real. Ele consegue, também, fazer transferências para

A campanha Agosto Branco chama a atenção para os fatores de risco, os sinais e a importância do tratamento do câncer de pulmão

outras moedas e usar o cartão em qualquer país.

A outra frente de investimento será no desenvolvimento e melhorias de produtos:

- **Investimento:** hoje, na plataforma, já é possível comprar e vender ações, mas a Nomad quer investir em melhorias nessa frente, principalmente na parte de educação financeira. “Contratamos um economista chefe agora, e queremos fornecer apoio para ajudar o cliente a proteger seu patrimônio em dólar”, diz o CEO.

- **Crédito:** trabalhar para lançar, no ano que vem, produtos e linhas de crédito. “Temos uma super oportunidade, porque temos uma captação de depósito barata. A gente tem alguns bilhões de ativos dos nossos clientes parados. Podemos explorar esses ativos seguros em modalidade de crédito”.

A rodada Série B foi acompanhada pelos atuais investidores: Stripes,



Segundo dados da International Agency for Research on Cancer, o câncer de pulmão é o primeiro em incidência entre os homens e o terceiro entre as mulheres, mundialmente. Aqui no Brasil, serão mais de 32 mil novos diagnósticos, apenas em 2023

Monashees, Spark Capital, Propel, Globo Ventures e Abstract.

QUEM FUNDOU A NOMAD

A ideia por trás da fundação da Nomad partiu do empresário Patrick Sigrist, que brinca estar nessa área de inovação “há centenas de anos”. Ele é um dos fundadores do iFood e investidor inicial da empresa. Quis criar a Nomad quando percebeu a dificuldade que era tentar utilizar cartões de crédito emitidos no Brasil no exterior ou remeter para fora recursos obtidos aqui.

Compartilhando das mesmas dores, Vargas juntou-se ao grupo em 2020, após oito anos em cargos executivos, inclusive o de CEO no Grupo Zap, um classificado online de imóveis que foi vendido à OLX.

ATRAVÉS DA CONTA-CORRENTE, OS CLIENTES PODEM:

- Manter o patrimônio financeiro em

moeda forte

- Enviar e receber dinheiro via transferências
- Fazer compras internacionais economizando em torno de 10% quando comparado com um cartão emitido no Brasil, nas contas da empresa
- Abrindo e fechando janelas

O último aporte da Nomad tinha acontecido em maio de 2022, quando recebeu cerca de 160 milhões de reais em uma rodada liderada pela Stripes. Os recursos foram usados para adquirir a Husky, startup de transferências internacionais, que facilita o pagamento de brasileiros que trabalham para o exterior e necessitam receber seus recursos no Brasil.

“Pessoal brinca que a Nomad fechou a janela de aportes no ano passado. Foi uma das últimas investidas”, diz Vargas. Se foi mesmo, agora pode ser o indicativo de que a janela esteja reabrindo. ●

Escolha um veículo com a marca RDM e
conheça todos os caminhos do Brasil.



- Portal
- Podcast
- Rádio
- Televisão
- Revista
- Jornal

GRUPO **RDM**
REDE DE MÍDIAS